

## **PRADO, Ivo do**

\*militar; const. 1891; dep. fed. SE 1891-1893 e 1921-1923.

*Ivo do Prado Monte Pires da França* nasceu em São Cristóvão (SE) no dia 20 de maio de 1860, filho de Deusdeti Pires da França e de Lina Leonor do Prado Montes da França.

Em 1875 mudou-se para a Bahia e em janeiro de 1878 ingressou como praça no 16º Batalhão de Infantaria Motorizada (16º BI Mtz) em Natal. Transferindo-se para o Rio Grande do Sul, em 8 de março de 1884 tornou-se alferes-aluno na Escola de Cavalaria e Infantaria desse estado. Em 1885 voltou a Sergipe e passou a servir na companhia militar fixa da província, na qual permaneceu até o ano seguinte. Em 1887 mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, onde se matriculou na Escola Militar da Praia Vermelha, na qual foi promovido a segundo-tenente em novembro desse ano. Ainda no final de 1887 desligou-se dessa escola por envolvimento na chamada Questão Militar, uma série de episódios protagonizados pelos coroneis Antônio de Sena Madureira e Ernesto Augusto da Cunha Matos, que recorreram à imprensa para defender direitos que entendiam ameaçados pelo governo, que resultaram em sérias punições aos reclamantes. Contra essas medidas, oficiais de várias guarnições se mobilizaram, em especial gaúchas, autorizados pelo comandante das armas e vice-presidente da província do Rio Grande do Sul, general Manuel Deodoro da Fonseca, que, em consequência, foi demitido de seus cargos. Na Corte, a situação provocou reuniões de oficiais, sob a liderança ascendente do major Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor de matemática na Escola Militar do Brasil.

Depois da exclusão, Ivo do Prado matriculou-se na Escola Geral de Tiro do Rio de Janeiro, mas em 1888 foi reintegrado à Escola Militar da Praia Vermelha, onde concluiu o curso de Estado Maior de Primeira Classe. Em 1889 foi transferido para o Segundo Regimento de Artilharia de Campanha, tornando-se secretário.

Estava nesse posto quando o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, derrubou a Monarquia e instalou o regime republicano, em 15 de

novembro de 1889, movimento do qual Ivo do Prado participou. Em dezembro desse ano foi posto à disposição do Ministério de Interior e Justiça, comandado por Aristides Lobo. Por indicação deste, foi nomeado auxiliar técnico do governo sergipano de [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Felisbelo\\_Firmo\\_de\\_Oliveira\\_Freire"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Felisbelo_Firmo_de_Oliveira_Freire) Felisbelo Firmo de Oliveira Freire (1889-1890), que o encarregou da reorganização e comando do corpo militar e policial do estado. Já em Sergipe, fundou e redigiu o jornal *Correio de Sergipe*, foi promovido a primeiro-tenente e, em setembro de 1890 foi eleito deputado federal constituinte. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro seguinte, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, então município neutro. Participou dos trabalhos de elaboração da primeira Carta constitucional republicana, afinal promulgada no dia 24 de fevereiro de 1891. Em 15 de junho seguinte assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, para cumprir o seu mandato ordinário, já no posto de capitão do Exército. Durante o mandato, fez oposição ao governo do presidente Deodoro da Fonseca (1889-1891) e foi contrário ao golpe de estado desfechado por ele em 3 de novembro de 1891, no qual fechou o Congresso. Vinte dias depois, diante da impossibilidade de resolver a crise política e da revolta da Esquadra, Deodoro renunciou e transferiu o governo ao vice-presidente da República Floriano Peixoto (1891-1894). Na Câmara dos Deputados, Ivo do Prado apoiou o novo governo até o final da legislatura em dezembro de 1893, quando também se encerrou o seu mandato.

No ano seguinte fundou e tornou-se redator do *Jornal de Aracaju*, na capital sergipana, e, em 1895, foi nomeado professor e chefe de ensino de artilharia da Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro, na qual serviria até sua extinção em 1897. Depois, foi transferido para o estado de Mato Grosso, onde comandou o forte de Coimbra e coordenou a montagem do Laboratório Pirotécnico de Cuiabá. Permaneceu nesse estado até 1902, quando retornou ao Rio de Janeiro por chamado do então ministro da Guerra, Francisco de Paula Argolo. Antes, porém, ainda nesse ano, em Corumbá (MT), atualmente em Mato Grosso do Sul, fundou o periódico semanal *Brasil*. Também em

1902 foi promovido ao posto de major graduado e, em abril do ano seguinte, retornou a Mato Grosso devido a suspeitas de que tropas bolivianas, lideradas pelo general José Manuel Pando, invadiriam a cidade de Corumbá em consequência das disputas territoriais envolvendo Brasil e Bolívia. Essas questões de fronteiras terminariam com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1904. De volta ao Rio de Janeiro ainda em 1903, foi promovido a major efetivo e nomeado chefe de gabinete da Intendência Geral da Guerra, cargo que exerceu até 20 de novembro de 1906.

Nesse ano passou a ser o assistente do chefe do Estado Maior do Exército, João Pedro Xavier da Câmara. Em 1910 foi promovido a tenente-coronel e de 1912 a 1913 comandou o 19º Grupo de Artilharia Montada (19º. GAM) de Manaus e, interinamente, por poucos meses, a 1ª Região Militar (1ª. RM). Também nesse último ano foi promovido ao posto de coronel e de 1913 até 1916 comandou o 2º Regimento de Artilharia Montada (2º. RAM) de Cuiabá. De 1916 a 1918 foi o chefe do Estado Maior da 3ª Região Militar (3ª. RM) e de 1918 a 1921 foi chefe da 4ª Seção e do 2º Departamento do Estado Maior do Exército.

Durante esse período, em 1919 foi designado pelo presidente de Sergipe, José Joaquim Pereira Lobo (1918-1922), para representar o estado no VI Congresso de Geografia, realizado em Belo Horizonte. Sua missão, juntamente com Manuel dos Passos de Oliveira Teles e Lima Júnior, era discutir a delimitação territorial de Sergipe, em face da perda para a Bahia de terras situadas do lado sul e oeste da fronteira entre os dois estados. Apresentou um trabalho sobre a posição geográfica do rio Real, situado ao sul da fronteira, que mais tarde foi publicado com o título de *A capitania de Sergipe e suas ouvidorias: memória sobre questões de limites*.

Em 1921, já como general de divisão, voltou a ser eleito deputado federal pelo estado de Sergipe. Assumindo, em maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, cumpriu seu mandato até o final da legislatura, em dezembro de 1923. Foi também membro da Sociedade Emancipadora Rio Branco, do Clube Acadêmico de Porto Alegre, do Clube Militar do Rio de Janeiro e sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

No campo jornalístico, colaborou com os jornais *Luta*, *Lábaro*, *Mercantil*, *Século*, todos do Rio Grande do Sul, e também na *Gazeta Oficial*, *Estado*, *Rebate*, *Sertanejo* e *A Pátria*, de Mato Grosso.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 25 de abril de 1924.

Publicou ainda: *A capitania de Sergipe e suas ouvidorias*, *Eu e o dr. Leandro Maciel*, *Ao eleitorado sergipano*, *Aos meus contemporâneos* e *Limites de Sergipe e da Bahia*.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BARRETO, L. *Dicionário*; BITENCOURT, L. *Homens*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*.